

<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.18506>

DEBATE

Resposta à crítica de Hoffmann e Jesus ao Índice de Miséria Ampliado

*João Saboia**

*João Hallak Neto***

Resumo

O objetivo do artigo é responder a crítica a nossa proposta de Índice de Miséria Ampliado (IMA) e atualizar seus resultados com mais um ano na série. Os autores da crítica relatam uma divergência em relação às medidas de pobreza, especificamente no ano 2020. Nossa resposta é mais uma oportunidade para apresentar a metodologia e o objetivo do IMA, bem como para apresentar a atualização da série até o ano 2022, em virtude da disponibilização dos dados de rendimento domiciliar per capita, por meio da recente divulgação da PNAD Contínua.

Palavras-chave: Índice de pobreza; Renda domiciliar; Desemprego; Inflação.

JEL: I31, I32, J64.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0509-4723>

E-mail: saboia@ie.ufrj.br

** Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (CORECON-RJ), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7302-2073>

E-mail: joao.hallak@gmail.com



Response to Hoffmann and Jesus' criticism of the Extended Misery Index

Abstract

The aim of the article is to respond to the criticism of our proposal for an Expanded Misery Index (IMA) and to update its results with one more year in the series. The authors of the criticism report a divergence in poverty measures, specifically in the year 2020. Our response is another opportunity to present the methodology and objective of the IMA, as well as to present the update of the series up to the year 2022, due to the availability of per capita household income data, through the recent release of the National Household Sample Survey (PNADC).

Keywords: Poverty index; Household income; Unemployment; Inflation.

Respuesta a las críticas de Hoffmann y Jesus al Índice de Miseria Ampliado

Resumen

El objetivo de este artículo es responder a las críticas a nuestra propuesta de Índice de Miseria Ampliado (IMA) y actualizar sus resultados con un año más de serie. Los autores de la crítica denuncian una divergencia en las medidas de pobreza, concretamente en el año 2020. Nuestra respuesta es una nueva oportunidad para presentar la metodología y el objetivo del IMA, así como para presentar la actualización de la serie hasta el año 2022, debido a la disponibilidad de datos de renta per cápita de los hogares, a través de la reciente publicación de la PNAD Continua.

Palabras clave: Índice de pobreza; Renta de los hogares; Desempleo; Inflación.

Réponse aux critiques de Hoffmann et Jesus sur l'indice de misère élargi

Résumé

L'objectif de cet article est de répondre aux critiques formulées à l'encontre de notre proposition d'indice de misère élargi (IMA) et de mettre à jour ses résultats en ajoutant une année à la série. Les auteurs de la critique font état d'une divergence dans les mesures de la pauvreté, en particulier pour l'année 2020. Notre réponse est une nouvelle occasion de présenter la méthodologie et l'objectif de l'IMA, ainsi que la mise à jour de la série jusqu'à l'année 2022, en raison de la disponibilité des données sur le revenu des ménages par habitant, grâce à la récente publication de la PNAD continue.

Mots-clés: Indice de pauvreté; Revenu des ménages; Chômage; Inflation.

Introdução

Hoffmann e Jesus (2023) apresentam a evolução da pobreza no Brasil mensurando-a de acordo com a proporção da população que se situa abaixo de determinadas linhas de renda monetária no período 2012-2022. Para tanto, utilizam os resultados anuais da renda domiciliar per capita de todas as fontes, obtidas a partir da PNAD Contínua, do IBGE. Os resultados anuais atualizados representam, certamente, uma contribuição relevante do artigo dos autores publicados na RBEST.

O mencionado artigo também dedica espaço para a crítica à nossa proposta de Índice de Miséria Ampliado (IMA), publicada na mesma Revista (Saboia & Hallak Neto, 2023). Em linhas gerais, os autores salientam que há uma divergência com os resultados obtidos pelas métricas que utilizam a proporção de pobres e a evolução do índice de Gini em relação à dinâmica apresentada pelo IMA, especificamente no ano 2020. A crítica realizada é relevante e se apresenta como mais uma oportunidade para esclarecer o objetivo do IMA e sua metodologia e para apresentar seus resultados, inclusive com a atualização da série para o ano 2022, em virtude da disponibilização dos dados de rendimento domiciliar per capita (RDPC), por meio da recente divulgação da PNAD Contínua.

1. A crítica e a justificativa do IMA

Reproduzimos a seguir os principais pontos críticos ao Índice de Miséria Ampliado (IMA) levantados por Hoffmann e Jesus (2023). De acordo com o Resumo do artigo, os autores se dispõem a fazer uma análise crítica de nosso artigo, apresentando a evolução “da proporção de pobres e do índice de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke e da distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil de 2012 a 2022” (Hoffmann & Jesus, 2023, p. 1). Ainda no Resumo, eles afirmam:

Embora o novo “índice de miséria” proposto acompanhe, em geral, a evolução das medidas de pobreza usuais, a escolha um tanto arbitrária dos indicadores que compõem o índice e seus respectivos pesos pode fazer que ele deixe de captar fatos importantes como, por exemplo, a redução da pobreza em 2020 associada à distribuição do Auxílio Emergencial.

Segundo Hoffmann e Jesus (2023, p. 7), “o índice de miséria de Saboia e Hallak Neto não sofre redução em 2020” e aumenta de 2019 para 2020. Adicionam ainda que “o índice de miséria deixa de captar algo que, ao que tudo indica, é um fato real: a redução da pobreza em 2020 devida ao Auxílio Emergencial.”

Após estas considerações iniciais, devemos aproveitar este espaço para esclarecer que embora o nome do indicador proposto seja “Índice de Miséria Ampliado”, ele não trata especificamente de pessoas que vivem em situação de miséria, mas da dinâmica em relação à carência de bem-estar, descrição que deixamos clara na introdução do artigo (Saboia & Hallak Neto, 2023, p. 4):

Cumpramos esclarecer que, apesar do nome do indicador (...), ele não tem o objetivo de mensurar a miséria. O indicador constitui uma medida de variação da carência de bem-estar e não uma medida de proporção da população considerada pobre que vive abaixo de uma determinada linha arbitrária de pobreza.

A escolha do nome, com a manutenção do termo “miséria”, se dá somente por conta do nome original do índice que inspirou nossa proposta, o “índice de miséria de Okun”, que foi apresentado no início da década de 1960 e ainda hoje é utilizado por alguns pesquisadores. Tal indicador, ao qual temos críticas, serviu de motivação para a elaboração do IMA, conforme também mencionado na introdução de nosso artigo (Saboia & Hallak, 2023, p. 2).

Assim, nossa proposta busca transformar o índice de miséria de Okun em um indicador mais completo e sem os problemas metodológicos que apontamos ao longo do artigo, a saber, a limitação em considerar apenas duas dimensões para a avaliação do bem-estar da sociedade, e o problema metodológico de se realizar uma soma simples de duas grandezas díspares, como a proporção de desempregados e a taxa de variação anual da inflação, embora ambas medidas em percentuais.

Importante ter em mente que, nem o índice original de Okun, nem nossa proposta de IMA, se comparam às que buscam classificar uma proporção da população residente como indivíduos que vivem em situação de pobreza monetária. Esse não é o objetivo de ambos os indicadores e, para isso, existem as medidas tradicionais, algumas delas apresentadas no artigo de Hoffmann e Jesus (2023). O IMA, portanto, não busca quantificar nem qualificar pessoas que estão abaixo de uma determinada linha de pobreza, mas identificar se o grau de carência de bem-estar da sociedade avançou ou retraiu em determinado intervalo de tempo.

Para tanto, avaliamos a evolução de quatro dimensões que causariam a perda ou o ganho de bem-estar na sociedade, sendo escolhidas as de: inflação, trabalho, renda e endividamento excessivo. É claro que há uma certa arbitrariedade na escolha das dimensões e dos indicadores, mas procuramos utilizar um leque relativamente amplo que variáveis que procurassem dimensionar o nível de bem-estar da população brasileira. Como as unidades e os conceitos são distintos, associamos cada dimensão a um indicador e adotamos a normalização de seus resultados sob a forma de índices que variam de 0 (zero) a 1 (um).

Extraímos a média aritmética dos quatro indicadores representativos de cada dimensão e chegamos ao índice sintético, a exemplo do que se realiza no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), amplamente utilizado. No caso do IMA, a variação temporal em direção a zero significa um ganho de bem-estar (menos carência/menos miséria), a variação no sentido da unidade indica uma perda de bem-estar, ou de aumento das carências ou da miséria.

2. Novos resultados do IMA

A Tabela 1 apresenta os resultados dos indicadores correspondentes às dimensões que compõem o IMA de 2012 a 2022. Em relação ao estudo publicado em maio de 2023, as únicas alterações são os resultados da renda média mensal domiciliar real do 1º quinto da distribuição de rendimentos, que foi atualizada para valores de 2022 e a inclusão dos dados deste último ano para os quatro indicadores. Exceto pela taxa de inadimplência que continuou a subir, contribuindo para uma piora no IMA, as demais dimensões apresentaram melhoria em 2022: houve redução da inflação medida pelo INPC, queda da taxa de subutilização da força de trabalho e aumento da RDPC do quinto inferior, motivada pela reação do mercado de trabalho e pela nova modalidade de benefício social implantada em meados de 2022, o Auxílio Brasil.

**Tabela 1. Indicadores que compõem o Índice da Miséria Ampliado.
Brasil: 2012-2022.**

Ano	Varição do INPC (%)	Taxa de subutilização (%)	Renda média mensal 1º quinto (R\$)	Taxa de inadimplência (%)
2012	6,2	18,4	247,00	23,1
2013	5,6	16,4	263,00	23,6
2014	6,2	15,1	283,00	21,7
2015	11,3	17,4	272,00	23,4
2016	6,6	21,0	246,00	27,1
2017	2,1	23,9	239,00	28,7
2018	3,4	24,4	239,50	27,0
2019	4,5	24,2	241,00	26,9
2020	5,5	28,2	268,50	28,7
2021	10,2	27,2	205,50	28,2
2022	6,1	20,8	270,00	32,3

Fonte: IBGE - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC); IBGE - PNAD Contínua; CNC - Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Elaboração dos autores.
Notas: Rendimento médio em Reais de 2022.

Tais resultados, alguns já conhecidos quando da publicação do artigo com a proposta do IMA em maio de 2023, confirmaram a previsão de sua queda em 2022. Com a tentativa de angariar apoio junto aos eleitores para sua reeleição, o governo Bolsonaro implantou uma série de medidas populares a partir de meados de 2022 que afetaram parte dos indicadores que compõem o IMA. Dentre elas se destacam a redução dos preços dos combustíveis, do gás e da energia elétrica por meio da isenção de impostos, que contribuiu para a redução da inflação e a implantação do Auxílio Brasil, um novo benefício social, no valor de R\$ 600 mensais, que afetou positivamente a renda média da parcela mais pobre da população. Da mesma forma, o mercado de trabalho, dois anos após o início da pandemia, apresentou reação e a taxa de subutilização foi reduzida sensivelmente em relação ao ano anterior. Por sua vez, a inadimplência continuou a crescer em 2022 e registrou o valor mais elevado da série naquele ano.

A partir dos indicadores apresentados na Tabela 1, e aplicando-se a metodologia descrita em Saboia e Hallak Neto (2023), obteve-se a série atualizada para o IMA e suas dimensões (Tabela 2). Conforme o esperado, após o significativo crescimento de 2021, o indicador sintético registrou queda em 2022, explicada pelas melhorias nos indicadores citados acima. O resultado de 0,511 significa um retorno para uma posição entre 2019 (0,498) e 2020 (0,554).

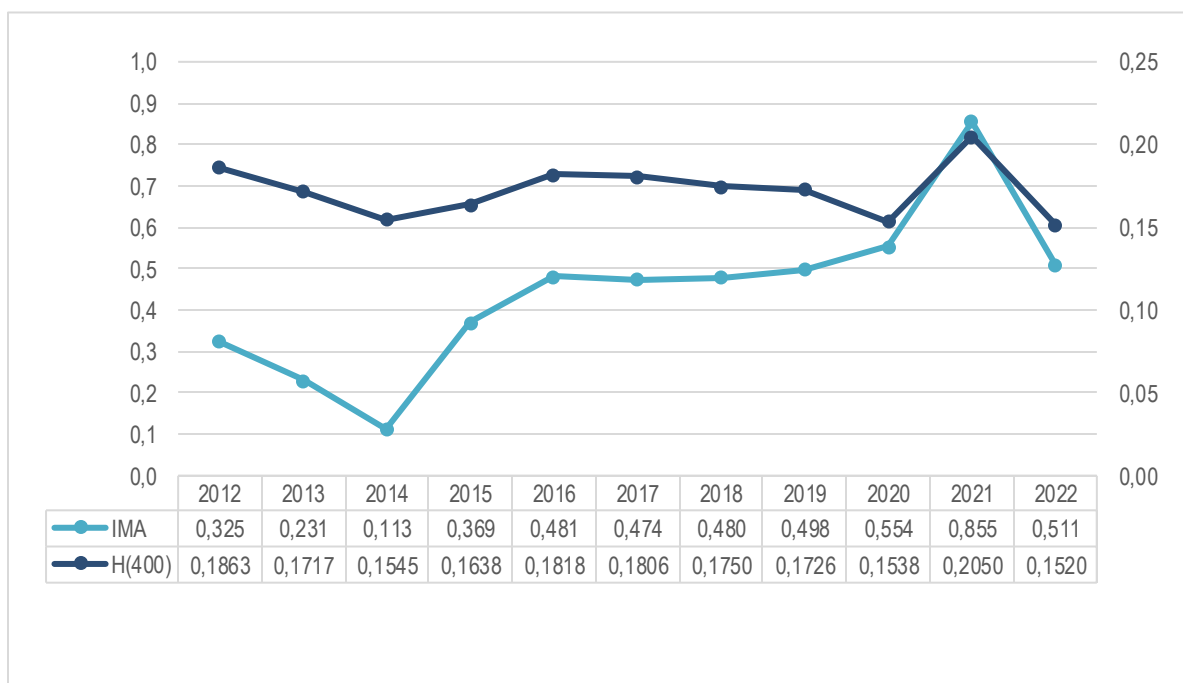
Tabela 2. Resultados dos índices de cada dimensão e do Índice de Miséria Ampliado (IMA). Brasil: 2012-2022.

Dimensão/ Ano	Inflação	Trabalho	Renda	Endividamento excessivo	IMA
2012	0,448	0,252	0,465	0,134	0,325
2013	0,379	0,102	0,258	0,183	0,231
2014	0,452	0,000	0,000	0,000	0,113
2015	1,000	0,175	0,142	0,161	0,369
2016	0,490	0,450	0,477	0,508	0,481
2017	0,000	0,668	0,568	0,661	0,474
2018	0,148	0,706	0,561	0,503	0,480
2019	0,262	0,696	0,542	0,493	0,498
2020	0,367	1,000	0,187	0,663	0,554
2021	0,878	0,924	1,000	0,617	0,855
2022	0,440	0,436	0,168	1,000	0,511

Fonte: Elaboração dos autores.

Como salientam Hoffman e Jesus (2023), o IMA e as medidas de pobreza monetária expostas no artigo crítico apresentam alta correlação positiva no período. Sobre este ponto, entendemos que seja natural uma relação inversa entre pobreza monetária e bem-estar para a sociedade como um todo. Em outras palavras, uma melhora no bem-estar da sociedade, que implica em redução do IMA, tende a se refletir em uma população relativamente menor em situação de pobreza monetária. Mas, embora natural, tal relação direta não é necessariamente uma regra a ser sempre verificada e o atípico ano de 2020 mostrou essa divergência. Na ocasião, uma redução da população abaixo da linha de pobreza ocorreu concomitantemente a uma perda de bem-estar geral segundo o IMA. Esta perda foi provocada, evidentemente, por outros motivos que não o aumento da renda média dos mais pobres, conforme retratado pelas demais dimensões do IMA em 2020. Com os dados de 2021 e 2022, a relação direta entre pobreza, medida pelos indicadores tradicionais, e bem-estar, medido pelo IMA, voltou a ocorrer. Apresentamos, juntamente com o IMA, a curva de proporção de pobres (H) que possuem RDPC inferior a R\$ 400 por mês (Gráfico 1).¹

Gráfico 1. Evolução do Índice de Miséria Ampliado e da proporção de pobres de acordo com a linha $H(400)$. Brasil: 2012-2022.



Fonte: Elaboração dos autores. Curva $H(400)$ apresentada em Hoffmann e Jesus (2023, p. 6).

¹ Hoffmann e Jesus (2023, p. 6) apresentam quatro curvas com a proporção de pobres segundo a adoção das linhas de pobreza de R\$ 200, R\$ 300, R\$ 400 e R\$ 600 mensais, e mais quatro curvas com os índices FGT para estas quatro curvas. Como são todas altamente correlacionadas, tomamos como exemplo apenas uma, a proporção de pobres $H(400)$, para a comparação com o IMA na série histórica 2012/2022.

Assim, o único momento em que há discrepância significativa entre as trajetórias das séries dos indicadores é exatamente na passagem de 2019 para 2020, ano inicial da Pandemia de Covid-19. Os resultados das medidas tradicionais de pobreza monetária indicam que houve uma redução desta, em grande parte devido à implantação do benefício do Auxílio Emergencial e sua distribuição para um extenso número de pessoas, majoritariamente situadas na base da distribuição de renda. Tal fato não está negligenciado no IMA, uma vez que um de seus componentes, a renda média domiciliar do quinto inferior da distribuição apresenta crescimento naquele ano. O que ocorre é que sua alta foi insuficiente para compensar a piora nas demais dimensões: inflação, trabalho e inadimplência. Por se tratar de um índice sintético de bem-estar, e não uma medida de pobreza, resultados opostos entre uma e outra medida são possíveis. Eles ocorreram porque retratam fenômenos diferentes, embora em anos anteriores a 2020, e sobretudo, em 2021 e 2022, tenham caminhado na mesma direção.

Retroagindo para o atípico ano de 2020, quando a Pandemia de Covid-19 atingiu de forma severa a população brasileira (e mundial), não parece fácil sustentar que, com as consequências terríveis nas condições de saúde e no completo desarranjo da vida econômica e social dos países, a qualidade de vida da maior parte da população brasileira, ou a sensação de bem-estar, tenha melhorado.² O aumento do IMA, indicando a queda do bem-estar da população em 2020, pode ser visto, assim, como uma vantagem do indicador, e não o contrário. Ainda que tenha sido reduzida a incidência de pobreza monetária para certa parte da população, por conta do aumento das transferências sociais, houve queda da renda média domiciliar, aumento significativo dos preços dos bens e serviços, queda do consumo das famílias, aumento da inadimplência e uma verdadeira devastação do mercado de trabalho, especialmente para os trabalhadores mais vulneráveis que foram os mais atingidos com as medidas de isolamento.³ A resultante desse período trágico, como esperado, foi a diminuição do bem-estar coletivo retratada no aumento do IMA em 2020.

² Podemos ainda citar Sayed e Peng (2021), que fizeram um resgate histórico dos efeitos das pandemias sobre a desigualdade de renda, e Ferreira (2021), que mostrou uma redução significativa do bem-estar e do aumento da pobreza em todo o mundo, confirmando que a pandemia do coronavírus impactou negativamente a vida em sociedade em escala global.

³ Entre 2020 e 2019, a PNAD Contínua registrou queda no rendimento *per capita* de todas as fontes da ordem de 4,3%, em termos reais. O nível de ocupação se reduziu de 56,4% para 51,0%, o nível mais baixo da série. No mesmo período, a queda do consumo *per capita* das famílias, medida pelo Sistema de Contas Nacionais, foi de 5,3%. Esta piora no cenário econômico e social é corroborada por estudos internacionais. Os grupos de pessoas tipicamente mais vulneráveis (trabalhadores com baixos rendimentos, pessoas com nível de escolaridade mais baixo, mulheres, pessoas com deficiência e migrantes) sofreram relativamente mais durante a pandemia, especialmente nos países de fora da União Europeia (Eurofound, 2023).

Apesar do nome “Índice de Miséria Ampliado”, o índice proposto não tem o objetivo de mensurar a pobreza ou a miséria, assim como o índice de miséria original não o tinha. É uma medida dinâmica de carência de bem-estar e não uma medida de proporção de pobres abaixo, e/ou quão abaixo, de uma determinada linha arbitrária de pobreza. O índice sintético proposto tem aplicação quando observado por períodos, em uma linha de tempo, para avaliar se a situação geral da população, com ênfase na mais carente, melhorou ou piorou.

O termo “ampliado” refere-se à ampliação em relação ao índice original de Okun, que leva em conta apenas duas dimensões e tem uma metodologia que embora seja muito simples, é controversa com a soma de duas variáveis, que representam conceitos diferentes: uma taxa de variação (inflação) e uma proporção (desemprego). Nossa proposta busca avançar particularmente nesse índice, ao apresentar uma metodologia mais consistente para o resultado de um índice sintético e ao levar em conta duas outras dimensões, além de substituir o indicador de uma delas (trabalho).

Conclusão

Estamos de pleno acordo com Hoffmann e Jesus (2023, p. 7) – e deixamos bem claro em nosso artigo – quando a crítica é direcionada ao índice original de Okun. Segundo os autores, o “indicador usado por Okun que consistia, simplesmente, na soma da taxa de inflação com a taxa de desemprego [...] não parece ser apropriado para avaliar o bem-estar dos brasileiros no período 2012-2021.” Exatamente por isso fizemos a proposta de transformação do índice de miséria original em um indicador mais elaborado e mais complexo. Ou seja, entendemos também que apenas as duas dimensões, preço e trabalho, são pouco para definir um índice sintético que mensure a carência de bem-estar na população.

Finalizando, Hoffmann e Jesus (2023, p. 9) afirmam que “no artigo de Saboia e Hallak Neto (2023) não é feita qualquer comparação do IMA com as medidas de pobreza já bem estabelecidas na literatura.” Em relação a este ponto, afirmamos que este fato ocorre justamente porque o IMA não pretende substituir as medidas de pobreza. Não é sua finalidade, sendo esta mais uma oportunidade para esclarecer esse ponto. É claro que comparações com índices de pobreza monetária poderiam ter sido feitas no artigo original, assim como com medidas de distribuição de renda, mas não nos pareceram necessárias tendo em vista os objetivos específicos do IMA.

Referências

Eurofound (2023). *Economic and social inequalities in Europe in the aftermath of the Covid-19 pandemic*. Publications Office of the European Union.

<https://data.europa.eu/doi/10.2806/439913>

Ferreira, F. H. G. (2021). Inequality in the time of Covid-19. *Finance and Development*, IMF, (06/2021), 20–23. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2021/06/pdf/inequality-and-covid-19-ferreira.pdf>

Hoffmann, R., & Jesus, J. G. (2023). Pobreza no Brasil, 2012-2022. *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, 5(00), e023010. <https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.18250>

Saboia, J., & Hallak Neto, J. (2023). Proposta de um Índice de Miséria Ampliado para o Brasil e sua evolução no período 2012-2021. *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, 5(00), e023005. <https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17545>

Sayed, A., & Peng, B. (2021). Pandemics and income inequality: a historical review. *SN Business & Economics*, 54(1), 1–17. <https://doi.org/10.1007/s43546-021-00059-4>

Recebido em 03 de novembro de 2023.

Aprovado em 08 de novembro de 2023.